

Câmaras do ABC votam projetos sobre crédito, social e Estatuto da GCM

Página 4

Legislativos de SBC e SCS aprovam obtenção de crédito e SancaGov

Já Santo André adiou por uma sessão a votação do Programa EMHAP em Dia e da LOA 2026

CELSO M. RODRIGUES

As sessões das Câmaras de Santo André, São Bernardo e São Caetano marcam o início dos trabalhos dos Legislativos das três cidades do ABC para 2026, e estão, entre as pautas, a autorização para abertura de crédito junto à agência do Estado de fomento ao desenvolvimento, a Desenvolve SP, a aprovação do SancaGov e a prorrogação da votação para o novo estatuto da GCM.

SCS

Assim sendo, em São Caetano, os vereadores decidiram pela aprovação do PL do Executivo que cria o SancaGov - Cadastro Único Municipal de São Caetano do Sul e estabelece diretrizes para a coleta, tratamento, uso e proteção de dados pessoais dos munícipes e usuários do serviço público.

Dessa maneira, a pauta teve um voto contrário da vereadora Bruna Biondi - PSOL, uma abstenção do vereador Getúlio Filho - União Brasil e a ausência de Matheus Gianello - PL e, com isso, 17 votos favoráveis pela aprovação.

Assim, o vereador Gilberto Costa - PP foi escolhido relator do texto e explicou o porquê da aprovação da pauta. "É um projeto pela unificação de dados, por isso demos autorização,



Vereadores de SBC autorizaram o município a contratar até R\$ 113 milhões em crédito junto à Desenvolve SP

para transformar tudo em políticas públicas para a cidade. Aliás, nesse projeto está clara a intenção de unificar os dados para aprimorar o Tarifa zero, mas vale para todos os programas sociais, com a cesta básica, o vale leite, a renda educação, portanto, com isso, conseguimos unificar, dinamizar e otimizar os serviços", explicou o relator.

SANTO ANDRÉ

Dessa maneira, seguimos para Santo André, que, no período da manhã, optou pelo veto para quatro PLs - Projetos de Leis de autoria de vereadores, e por postergar por mais uma sessão a votação do novo estatuto da GCM.

Por outro lado, no período da tarde, os vereadores decidiram por adiar por uma sessão todos os itens apresentados, com destaque para dois deles:

O Projeto de Lei do Executivo que dispõe sobre o Orçamento Geral de Santo André para 2026 - LOA e mais um PL da Prefeitura, este, porém, que institui o 'Programa EMHAP em Dia', para parcelamento de débitos junto à Empresa Municipal de Habitação Popular de Santo André.

SBC

Por fim, em São Bernardo, os vereadores atenderam, por Acordo de Lideranças, e avalizaram o PL do Executivo, que altera a Lei Municipal nº 7.371, de 6 de fevereiro de 2025, e autoriza o Município a contratar com a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo, operações de crédito com outorga de garantia, em valores que chegam a R\$ 113 milhões para obras de infraestrutura e outras áreas.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal ABC Repórter - Grande ABC/SP

Seção: Política Pagina: 4